



# OBSERVATÓRIO LABORAL DAS AMÉRICAS



## Ficha país:

P A n a m á

Ano 2022

## Panorama demográfico, socioeconômico e trabalhista



**Extensão territorial:**  
75.517 km<sup>2</sup>



**População (censo de 2010):** <sup>1</sup> 3.405.813  
**População estimada (2022):**  
4.278.500 habitantes.



**Composição da população (censo 2010):** 1.712.584 homens (50,3%) e 1.693.229 mulheres (49,7%). 313.289 pessoas são afrodescendentes (9,2%), 417.559 pessoas pertencem a oito povos indígenas (12,3%).

**Produto Interno Bruto (2021):** 63.305 milhões de dólares<sup>2</sup>. Foi registrado um crescimento de 15,3% em relação ao ano anterior.

**PIB 2022 (segundo trimestre de 2022):**  
cresceu 9,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.



**População economicamente ativa (2022):** 2.049.616 pessoas que representam 62,3% da população em idade de trabalhar. 1.196.772 homens e 852.844 mulheres.

<sup>1</sup> A informação contida nesta seção foi gerada pelo Instituto Nacional de Estatística e Censo do Panamá (INEC).

<sup>2</sup> <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=pan&lang=es>



**Emprego (abril de 2022):** 1.846.363 pessoas empregadas, com um crescimento de 5,8% em relação a 2021. 1.091.377 homens (59,1%) e 754.986 mulheres (40,9%). 59,9% das pessoas estão empregadas, 32,8% trabalham por conta própria, 2,5% são empregadores e 4,8% são trabalhadores familiares.



**Desemprego (abril de 2022):** 203.253 pessoas desocupadas com uma taxa de desemprego de 9,9%. 105.395 homens desempregados (51,9%), e 97.858 (48,1%) mulheres desempregadas.



**Informalidade (abril de 2022):** 48,2% com um total de 737.922 pessoas; 50,3% eram homens e 45,4% eram mulheres.



**População inativa (abril de 2022):** 1.242.242 pessoas. 359.847 homens (30,4%) e 796.470 mulheres (69,9%).



**Pobreza:** Segundo as projeções da CEPAL, a pobreza em 2022 se situa em 20,8%.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> [https://repositorio.cepal.org/bitstream/ha\\_dle/11362/47912/S2200419\\_es.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.cepal.org/bitstream/ha_dle/11362/47912/S2200419_es.pdf?sequence=3&isAllowed=y) PP 13

### Principais destaques da conjuntura de 2022

Um cenário de inflação superior ao dos anos anteriores, com um pico de 4,2% em maio, que inclui o aumento dos preços da cesta básica de alimentos e o preço do combustível, com uma taxa de desemprego em torno de 10%, levou a que, desde junho, ocorressem os maiores protestos no país nas últimas quatro décadas. Aos efeitos sociais e econômicos gerados pela pandemia, soma-se o descontentamento com as políticas do governo que não conseguiram responder às necessidades básicas insatisfeitas relacionadas ao acesso à água, à saúde e a condições dignas de emprego, com significativos níveis de desigualdade.

Entre as demandas mais importantes estão medidas urgentes para regular o alto custo da cesta básica, que se incrementou em 3,5%, para regular o preço do combustível, que aumentou 47% no último ano, e o alto custo dos medicamentos frente à escassez no Fundo

de Previdência Social (CSS). As mobilizações provocaram o fechamento de várias instituições públicas, como escolas e a rodovia Interamericana, que é fundamental para o transporte de mercadorias, alimentos e medicamentos, e é a principal via de acesso à Costa Rica.

Diante do temor pelas perdas econômicas como resultado das mobilizações, o governo outorgou um subsídio à gasolina, que foi inicialmente projetado para três meses com um orçamento de 200 milhões de dólares e será prorrogado até janeiro de 2023 para dar continuidade à reativação econômica de setores como agricultura, pecuária, manufatura, pesca, construção, comércio, indústria e turismo, entre outros. Outros dos resultados da mobilização foram a redução da cesta básica de alimentos, o abastecimento de medicamentos, o cumprimento da lei que destina 6% do PIB à educação e a criação de uma mesa intersetorial para cumprir com os acordos alcançados.

A greve nacional também afetou os migrantes que atravessam a selva do Darién da Colômbia para o Panamá. Os bloqueios de estradas e a paralisação do transporte fizeram com que aproximadamente 6.500 migrantes permanecessem paralisados nas estações de recepção migratória em condições de superlotação e falta de serviços e alimentação, devido a que a capacidade de atendimento colapsou gravemente.

Estima-se que todos os dias entram no país 500 novas pessoas e até outubro o número ultrapassa 208.000, de acordo com dados do Serviço Nacional de Migração. O grande volume de migrantes e a incapacidade de resposta no contexto da greve levaram as autoridades responsáveis pelo fluxo migratório a negociar com os líderes dos diferentes pontos de bloqueio para criar um corredor humanitário a fim de que os ônibus pudessem passar sem sofrer ataques ou agressões. Mais de 4.000 migrantes lograram chegar a Costa Rica no auge da mobilização.

Diante da crise migratória, o Panamá conseguiu assinar um acordo com a Colômbia e a Costa Rica para criar um observatório sobre migração irregular e estabelecer sete pontos como roteiro para a atenção e redução da entrada de migrantes irregulares em território panamenho.

Outro destaque de 2022 foi a aceitação do processo para o reconhecimento do direito de ocupação territorial do povo indígena Bribri após a negação da titulação coletiva pelo governo panamenho; espera-se que a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) emita uma sentença dentro de um período máximo de quatro meses para determinar se existem violações dos direitos humanos e territoriais dos povos indígenas. Os demandantes esperam que a ação tomada pelo Tribunal da CIDH seja o caminho para alcançar justiça e reconhecimento de seus direitos. Um evento de alta importância política ocorreu em 29 de julho quando a Assembléia Nacional Panamenha aprovou por unanimidade o Projeto de Lei 672, que foi apresentado para a

aprovação da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As/os trabalhadoras/os panamenhas/os celebraram este passo histórico na proteção do direito de todas as pessoas a um mundo de trabalho livre de violência e assédio, reconhecendo ao mesmo tempo a importância do papel do movimento sindical e seus esforços para a aprovação da Convenção.

### **Ações sindicais e de outros setores sociais**

O sindicalismo panamenho tem sido parte central das fortíssimas mobilizações e protestos sociais ocorridos desde julho, que tiveram o alto custo de vida como um de seus principais desencadeadores, embora não o único.

O sindicalismo panamenho no desenvolvimento de ações na dimensão social expressou sua intenção de se concentrar na defesa do Fundo de Seguridade Social (CSS), colocando o movimento na vanguarda deste processo de luta pela **seguridade social**, que tem sido articulado

desde anos anteriores. O Conselho Nacional de Trabalhadores Organizados (CONATO) em 2021 apresentou à Assembléia Nacional de Deputados uma proposta que busca deter as ações oficiais e privadas que tentam lucrar com o CSS, com base na Lei 51 de 2005, que gerou uma política neoliberal para capturar o Fundo e despojar de seus direitos à população do país. Vale ressaltar que desde o início das tentativas de controle do CSS, o movimento de trabalhadores/as foi contrário a esses despropósitos, o que inclui a destruição do sistema solidário.

Diante da situação do Fundo de Previdência Social, o movimento sindical realizou uma reunião com membros do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca, Processamento de Conservas e Produtos do Mar (SITEPROCPMAR) para socializar a proposta elaborada pela CONATO de modificar a lei orgânica que a regulamenta. A proposta dos trabalhadores inclui a eliminação do pilar misto e um retorno ao pilar solidário. Foram debatidos também outros temas da atualidade nacional e sindical.

Por outro lado, na dimensão trabalhista da ação sindical para exigir **igualdade de oportunidades e de tratamento**, o movimento rejeitou a Lei 256, que a partir de sua aprovação em novembro de 2021 tornou obrigatória a emissão de notas fiscais ou documentos para credenciar a operação de venda de mercadorias e prestação de serviços por parte de pessoas residentes no território nacional, e que abrange as pessoas envolvidas na produção e fabricação de artesanato. De acordo com os/as trabalhadores/as, esta lei viola o artigo 40 da Constituição Política de Panamá, que regula o comércio. São claros os inconvenientes gerados pela aplicação da Lei 256, levando em conta que o trabalho em torno da fabricação de artesanato é uma atividade de subsistência e que muitas vezes a comercialização de produtos é realizada em áreas rurais dispersas onde não é possível o acesso à eletricidade, muito menos à Internet, e a maioria das pessoas que dependem desta atividade têm acesso limitado a tecnologias da informação e não têm possibilidade de emitir uma

nota fiscal devido às condições e natureza de sua atividade.

O sindicalismo do Panamá se solidarizou com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Farinha e Afins (SITHA), que desde 9 de março foi obrigado a fazer greve indefinida na transnacional BIMBO de Panamá por causa da falta de vontade da empresa de chegar a um acordo através do diálogo e negociação coletiva e de reconhecer a contribuição significativa dos/as trabalhadores/as nas atividades econômicas da empresa. Com esta ação na dimensão trabalhista, sobre aspectos de **salários e renda adequados e igualdade de oportunidades e tratamento**, o sindicato instou a empresa a gerar propostas que atendessem às necessidades dos/as trabalhadores/as, melhorando as condições de trabalho e salários de seus membros. Também foi denunciado que a administração da BIMBO do Panamá não tem interesse em reconhecer a contribuição significativa dos/as trabalhadores/as durante a época da pandemia em que a empresa aumentou significativamente

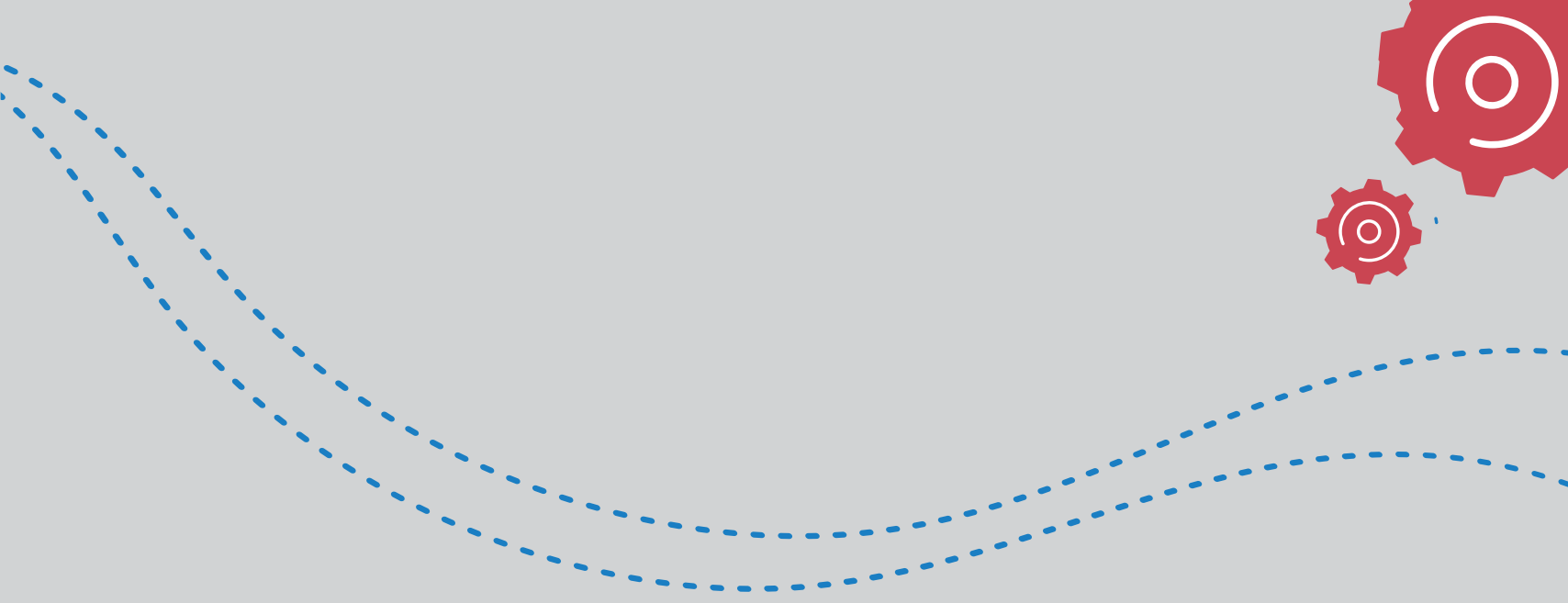
suas vendas, receitas e margens de lucro.

Na cidade de Nata, na província de Coclé, foi realizado o *seminário-oficina sobre Igualdade e Sindicalismo: avanços e desafios diante das transformações pós-pandemia*. A atividade teve como objetivo fazer uma análise do contexto regional, local e nacional e dos desafios enfrentados pelo movimento sindical, identificando as linhas de ação para fortalecer as orientações e ações para a igualdade de gênero nas organizações sindicais. Também foi feita uma análise da conjuntura sociolaboral pós-pandemia regional e nacional e da realidade sociocultural das mulheres durante o estado de emergência

imposta pela crise global de saúde, abordando assim a dimensão política da ação sindical e seus eixos de **democracia e alianças sociais**.

Também no âmbito da abordagem da **dimensão política**, foi realizado o *seminário Trabalho decente com perspectiva de gênero*, analisando o contexto regional e nacional e os desafios enfrentados pelo sindicalismo a fim de alcançar um processo de êxito neste sentido. A reunião das organizações sindicais também permitiu identificar linhas de ação para fortalecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e promover o trabalho decente no país, a liberdade sindical e a negociação coletiva, as normas internacionais de trabalho, o diálogo social ligado ao trabalho decente e a segurança social a partir da perspectiva dos/as trabalhadores/as.





# Apoia

